

**2** **Tribunal Federal decidiu: Uber é empregador**

**3** **Tráfico humano para trabalho pode ser combatido**

**4** **Projeto Regressar: apoio a emigrantes para o seu regresso**

Nr. 3 | Maio 2023 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Caixas de pensões: anunciados cortes nas pensões de reforma baixas e médias

## Porque lutamos contra a BVG-LPP 21?



Pagar mais para receber menos? Não à Lei relativa às caixas de pensões!

Em meados de março passado, uma aliança de representantes de partidos de direita no Parlamento aprovou uma reforma do 2.º pilar absolutamente inaceitável. A reforma da Lei relativa às Caixas de Pensões (BVG-LPP) não traz qualquer melhoria para as pensões das mulheres e de quem tem rendimentos baixos. Pelo contrário: ela significa grandes cortes nestas pensões.

Brigitta Bernet

O mundo olha com consternação para a França, onde ocorrem enormes protestos, e escolas, universidades e transportes estão paralisados devido a greves. As pessoas estão furiosas por causa de uma reforma das pensões. Tal como no país vizinho, também na Suíça a reforma da previdência para a velhice preocupa as pessoas. As frentes e os bloqueios são comparáveis em ambos os países. É verdade que na Suíça não há câmaras municipais em chamas nem manifestações de massas, mas há debates parlamentares e batalhas eleitorais hostis. E está tanto em jogo aqui como em França. Na recentemente decidida reforma do 2.º pilar (reforma BVG-LPP 21) está muito mais em causa do que questões técnicas sobre qual será a taxa de conversão «correta» face ao aumento da esperança de vida das pessoas. O que está em causa é o princípio fundamental da previdência social: o princípio de solidariedade. Afinal de contas, a previdência para a velhice é o seguro social mais importante. Poucas coisas são mais importantes do que a sua organização equitativa. No entanto, como mostram as decisões mais recentes do Parlamento, aparentemente falta vontade política para enfrentar o desafio de reformar este seguro social com solidariedade e justiça.

### Piorar a situação dos segurados

Em vez disso, com a reforma BVG-LPP 21, pretende-se «reestruturar» o 2.º pilar, mas na realidade piora-se a situação dos futuros pensionistas. A componente mais restritiva da reforma BVG-LPP 21 é a redução da taxa mínima de conversão da parte obrigatória da pensão dos atuais 6,8 para 6%. A taxa de conversão é o fator que converte o capital acumulado numa pensão de reforma vitalícia. A sua redução de 6,8 para 6% significa que, por cada 100 000 francos de capital de velhice acumulados, no futuro serão pagos apenas 6000 francos de pensão de reforma por ano, em vez dos atuais 6800 francos. Em termos concretos, isto traduz-se num corte drástico de 12% nas pensões de reforma! Para um pedreiro com um salário mensal de 6700 francos que tenha acumulado um fundo de poupança-velhice de 360 000 francos durante quarenta anos, a nova taxa de conversão levará a uma redução mensal de 240 francos na pensão de reforma. Então, se ele se reformar hoje, receberá uma pensão da Caixa de Pensões de 2040 francos. Se ele se reformar depois da entrada em vigor da reforma BVG-LPP 21, só receberá 1800 francos por mês. E para ele não está prevista qualquer compensação.

### Medidas de compensação

É verdade que a BVG-LPP 21 prevê medidas de compensação para rendimentos muito baixos, mas estas são absolutamente insuficientes. Só tem direito à compensação total quem, em primeiro lugar, recebe uma pensão de reforma da Caixa de Pensões inferior a 1000 francos ao mês; em segundo lugar, quem pertence à chamada geração de transição (nascidos entre 1958 e 1973); em terceiro lugar, quem tenha contribuído para uma caixa de pensões durante, pelo menos, 15 anos ininterruptos e, em quarto lugar, quem receba, pelo menos, metade do fundo de poupança-velhice sob a forma de pensão de reforma. Devido a todas estas restrições, só um quarto dos afetados da «geração de transição», no máximo, receberia a compensação total. Mais de metade dos pensionistas da geração de transição não receberia nada. E todos os nascidos depois de 1973 também não receberiam qualquer compensação. Isto é simplesmente mesquinho. As pensões de reforma já hoje são vergonhosamente baixas para quem tem um salário baixo ou médio. É inaceitável que elas ainda venham a ser mais baixas no futuro.

Com este projeto de reforma, os trabalhadores teriam de pagar mais para a caixa de pensões, mas as pensões de reforma baixariam! O Unia luta contra a proposta de cortar as pensões do segundo pilar e lançou o referendo a 31 de março.

## Editorial



### Pagar mais, receber menos?

Em vez de garantir e melhorar as pensões de aposentação de trabalhadores com rendimentos baixos, a reforma da lei BVG-LPP (2.º pilar) leva a uma enorme redução das pensões: alguns pensionistas podem perder até 3240 francos ao ano ou 271 francos ao mês. Isto apesar de durante a vida laboral passarem a descontar mais para o 2.º pilar.

São precisamente os trabalhadores com os salários mais baixos que mais vão pagar. Porque terão de descontar mais e terão menos dinheiro disponível para o dia a dia. Para no final receberem uma pensão mais baixa. As mulheres e os trabalhadores migrantes serão os mais afetados, porque são quem mais trabalha em ramos profissionais de salários baixos. No outono de 2022, quando a reforma do AHV-AVS foi a votação, os partidos de direita prometam às mulheres: se elas passassem a trabalhar mais um ano, eles melhorariam a situação delas no 2.º pilar. Em vez de cumprirmos o prometido, estes partidos, que são a maioria no Parlamento, aprovaram uma lei que retira dinheiro aos pensionistas.

Quem se fica a rir é o sector financeiro. Enquanto os assalariados, sobretudo os que têm salários baixos, trabalham duramente para terem o suficiente para viver e para a reforma, as empresas do sector todos os anos metem ao bolso milhares de milhões de francos retirados às poupanças para a reforma. Descontos mais altos para o 2.º pilar e reformas mais baixas vão continuar a garantir os lucros do sector. Isto não pode ser! O 2.º pilar tem de continuar a ser um seguro social, não está à disposição do sector financeiro. Temos, por isso, de impedir esta reforma da previdência profissional!

Brigitta Bernet



## Notícias breves

## Salvamento do Credit Suisse: só há dinheiro para os bancos

Quando se trata dos interesses dos trabalhadores e pensionistas, os partidos da direita afirmam sempre que não há dinheiro. Mas quando se trata de finanças, disponibilizam milhares de milhões de francos num curto espaço de tempo. A mesma maioria de direita que coloca rios de dinheiro à disposição dos bancos aprova uma revisão da Previdência Profissional com o objetivo de baixar as pensões e simultaneamente aumentar as deduções salariais. O Conselho Federal, que é dominado pelos partidos da direita, quer poupar dinheiro no seguro AHV-AVS. Enquanto isso, o mesmo bloco de direita do Parlamento rejeita, com um sorriso cansado e arrogante, quaisquer medidas governamentais para combater a inflação – por ex., a regulação dos preços da energia e das rendas das casas ou a redução dos prémios do seguro de saúde para famílias com rendimentos baixos e médios.

## Salários mínimos: há progressos!

Cinco cantões (Basileia-Cidade, Genebra, Neuchâtel, Jura e Ticino) já introduziram o salário mínimo. Em janeiro, o Unia de Basileia-Campo e uma aliança (incluindo o Unia) no Valais lançaram iniciativas populares pelo salário mínimo. E, no leste da Suíça, os sindicatos também apresentaram uma petição pelo salário mínimo em St. Gallen, Thurgau e nos dois cantões de Appenzell. A recolha de assinaturas está atualmente em curso nestes seis cantões.

## Negociações salariais na fábrica Toblerone

Nas negociações dos salários de cerca de 200 trabalhadores da fábrica da Toblerone em Berna-Brünnen, Mondelez aposta na provocação máxima. A multinacional americana Mondelez anunciou não querer prosseguir as negociações com os trabalhadores. Em vez disso, a empresa multimilionária quer impor unilateralmente cortes nos salários reais. Os trabalhadores e o sindicato Unia recusam a posição da empresa. Face à inflação elevada e aos aumentos drásticos dos prémios do seguro de saúde, bem como à carga horária adicional causada pela mudança para o sistema de quatro turnos, os trabalhadores exigiram um aumento salarial geral de 6%. No entanto, durante as negociações, fizeram algumas concessões à empresa. Apesar disso, esta retira-se agora da mesa de negociações. O grupo Mondelez apresentou um lucro líquido de 2,7 mil milhões de dólares em 2022, pagando aos acionistas o montante de 4 mil milhões de dólares.

## Finalmente vitória! Finalmente, aumentos salariais!

Os 20 trabalhadores da empresa de logística Novaltia exultam e abraçam-se: a greve mais longa da Europa terminou finalmente, após 1345 dias! Os coletes refletivos dos trabalhadores da Novaltia voaram no ar quando os resultados das negociações foram anunciados na sede do sindicato basco Solidariedade Operária (ELA), em Bilbao, no final de março. Os trabalhadores da fornecedora de farmácias Novaltia estiveram em greve durante exatamente três anos e oito meses. Agora estão a colher os frutos: 9500 euros de indemnização, aumentos salariais e 60 dias de férias. Para os grevistas, também foi importante a empresa pagar um euro simbólico para o fundo de greve da ELA por cada dia de greve. Sem o fundo de greve, a greve de longa duração teria sido impossível, concordam os trabalhadores.

## Transporte rodoviário: camionistas em greve espontânea

Exploração é o dia-a-dia nas estradas da Europa. Mas agora os camionistas estão a reagir. Mais de 60 motoristas de uma empresa polaca recusaram-se a continuar a viagem. Estão a resistir numa área de serviço perto de Darmstadt e pretendem ficar até que os seus salários sejam pagos. Sem o dinheiro, as suas famílias ficam sem nada. Os camionistas são apoiados por ativistas do sindicato holandês FNV e pela rede de aconselhamento «Faire Mobilität» da Confederação Alemã de Sindicatos (DGB). E o apoio do público é enorme. Todos os dias, sindicalistas da região passam pela área de serviço e levam comida aos grevistas.

## Ramo de cabeleireiros: negociações do CCT

## Unia luta por melhores salários para todos e todas

O contrato coletivo de trabalho (CCT) do ramo de cabeleireiros expira no final deste ano e tem de ser renegociado. Mas a associação de cabeleireiros suíços Coiffure Suisse fez uma proposta inaceitável e mantém-se intransigente. Por isso, as negociações do CCT foram interrompidas.

Montaña Burdalo Martina

Os salários no ramo de cabeleireiros são muito baixos. Atualmente, o salário mínimo para uma recém-formada é de 3850 francos brutos em toda a Suíça, para um principiante não qualificado é de 3470 francos. Isto para uma carga horária semanal de 43 horas, sem direito ao 13.º mês. Nos cantões com salários mínimos estipulados por lei, aplicam-se os salários mínimos cantonais, desde que estes sejam superiores aos estipulados no CCT. Uma cabeleireira não qualificada, em Genebra, beneficia do salário mínimo cantonal de 24 francos à hora. Este está muito acima do salário mínimo mais baixo estipulado no CCT, que equivale a 18.75 francos à hora.

## Moção parlamentar

Mas isto poderá mudar: em dezembro, o Parlamento aprovou uma moção do conselheiro de estado Erich Ettlin, que Coiffure Suisse apoiou ativamente. Se a moção for implementada, aplicam-se no futuro os salários mínimos estipulados no CCT de força obrigatória, mesmo que sejam inferiores aos salários mínimos cantonais. Isto levaria a uma redução maciça dos salários para muitas cabeleireiras não qualificadas nos cantões em causa!



Os e as cabeleireiros/as merecem e necessitam de melhores salários

## Proposta inaceitável da Coiffure Suisse

A associação patronal Coiffure Suisse não só apoiou ativamente a moção de Ettlin, como também apresentou nas negociações do CCT uma proposta inaceitável. A proposta da Coiffure Suisse prevê que só as cabeleireiras com qualificação e experiência haverá receberão uma compensação pela inflação. As cabeleireiras com experiência, mas sem qualificação não receberiam a compensação da inflação, o que significa uma perda de poder de compra. Se os salários das

cabeleireiras não qualificadas baixarem, aumenta a pressão sobre os preços dos salões de cabeleireiro que contratam pessoal qualificado. Atualmente já existe uma guerra de preços que leva à contratação de pessoal sem qualificação reconhecida. «Quase um em três cabeleireiros é contratado como não qualificado», relata Igor Zoric, membro da direção do setor terciário do Unia e responsável pelo ramo de cabeleireiros. «Além disso, a proposta da associação patronal não permite melhorias significativas na aplicação do CCT, nem contém medidas eficazes contra o dumping salarial», continua o sindicalista. E acrescenta: «Esta proposta é inaceitável, por isso as negociações foram interrompidas». O Unia quer um CCT que valorize a profissão e combata o dumping. Apelou à associação patronal Coiffure Suisse para regressar à mesa de negociações. Até agora, a associação não reagiu.

## Decisão do Tribunal Federal relativa a Uber

## Tribunal Federal define o papel do empregador

Como era de esperar, o Tribunal Federal confirmou que os motoristas da plataforma de táxis Uber são trabalhadores por conta de outrem. Uber tem, por conseguinte, de cumprir com as suas obrigações de empregador em matéria de segurança social – mesmo retroativamente.

Darinka Filipovic

O Tribunal Federal mantém-se fiel à linha que tem seguido. Após ter decidido a 30 de maio de 2022 que Uber é a entidade patronal dos seus motoristas, nos termos do Direito do Trabalho, o tribunal constata agora definitivamente que, em matéria de segurança social, os motoristas são também empregados. Uber tem de registar os seus motoristas na segurança social e pagar as correspondentes contribuições patronais.

## Salários em atraso têm de ser pagos

A segurança social tem de exigir as contribuições de Uber com efeitos retroativos. Como base, são aplicados salários mínimos que garantam a subsistência. Uber tem de fazer aos motoristas todos os pagamentos a que estes têm direito (salários, reembolso das despesas, férias) com efeitos retroativos. Segundo estimativas do Unia, Uber deve aos motoristas várias centenas de milhões de francos. Mas a entidade empregadora continua a recusar cumprir com as suas obrigações legais. É absolutamente impensável que milhares de motoristas tenham agora de recorrer a tribunal individualmente para fazer valer os seus direitos. Em vez disso, é necessária uma solução coletiva em toda a Suíça para assegurar que os motoristas recebam o dinheiro que lhes é devido.



Há anos que os motoristas de Uber lutam pelos seus direitos e os taxistas contra a concorrência desleal

## Suspender Uber até que respeite a lei

Além disso, as autoridades têm de suspender imediatamente as atividades de Uber até que a empresa cumpra as leis. Ou seja, até que todos os motoristas tenham um contrato de trabalho, os salários e as despesas sejam regulados em conformidade com a lei e todos os motoristas estejam registados no sistema de segurança social.

## Contratação temporária

Entretanto, Uber começou a empregar motoristas através de agências de recrutamento de mão de obra. É óbvio que se trata de contratação de pessoal em regime temporário. Neste caso, aplicam-se o CCT e leis que regulam o trabalho através de agências de trabalho temporário. Os políticos e as autoridades têm de assegurar que leis e o CCT, que é de força obrigatória, sejam cumpridos.



## Sentença por tráfico de seres humanos na construção

# 10 anos de prisão para empregador criminoso

Nenhuma outra empresa era mais barata do que uma grande construtora suíça. Por isso, foram-lhe adjudicados durante anos quase todos os grandes contratos lucrativos. Em meados de março de 2023, o Tribunal de Comarca de Zurique condenou a empresa da construção por tráfico humano.

Marie Saulnier Bloch

Os casos pelos quais a empresa foi condenada mostram de forma exemplar como funcionam os sistemas criminosos nas obras da Suíça. Entre outras coisas, o empreiteiro servia-se da possibilidade de falências sucessivas, contra as quais não havia medidas eficazes. Assim, a empresa ganhou milhões de francos. Entre 2012 e 2017, o empreiteiro atraiu mais de 100 estucadores da Hungria, Moldávia e Roménia para a Suíça com falsas promessas. Enquanto ele viajava de jato privado e de Ferrari, os trabalhadores não eram poupados a nada: condições de trabalho desumanas, violência, ameaças de morte, salários de entre 4 e 9 francos à hora, obrigação de devolver parte dos salários em

dinheiro, condições de habitação indignas, etc. Foi graças à eficácia do sistema suíço de inspeções do trabalho que estas práticas criminosas vieram a lume. Os parceiros sociais informaram a comissão paritária e esta realizou as inspeções necessárias.

### O sistema judicial suíço pode fazer justiça

O Ministério Público tinha pedido uma pena de prisão de 8 anos e 4 meses por tráfico de seres humanos, usura laboral e outros 14 crimes. O advogado de defesa, que pediu a absolvição da maioria das acusações, falou de um escândalo judicial desnecessário. No entanto, o tribunal decidiu: 10 anos de pri-

ção e confisco de bens para o homem que explorou os seus empregados e não pagou um único cêntimo às autoridades fiscais e à segurança social. O empregador anda fugido (não estava presente no julgamento) e, provavelmente, recorrerá da sentença. Mas a mensagem que a sua condenação transmite é muito clara: depois de ter havido uma primeira sentença em Genebra em 2020, na qual outro empreiteiro foi condenado a 6 anos de prisão, os juízes confirmam que também em Zurique os empregadores não podem fazer o que querem. Isto desde que as autoridades estejam empenhadas na luta contra a exploração dos trabalhadores.



No sector da construção descobrem-se, muitas vezes, casos de tráfico humano

## Conferência da Comissão Federal das Migrações

# Segurança social e migração na Suíça

Na Suíça, todas as pessoas que se encontram numa situação precária deveriam ter acesso a ajuda social. Mas a segurança social não funciona de maneira igual para todos. Porque é que existem estas diferenças? Quais são as consequências para as pessoas afetadas e para uma sociedade de migração como a suíça?

Marie Saulnier Bloch, Marília Mendes e Hilmi Gashi

No seu discurso de abertura, a conselheira federal Elisabeth Baume-Schneider falou dos desafios da política de migração na Suíça. Entre outras coisas, mencionou a situação precária de quem necessita de recorrer à ajuda social e a iniciativa parlamentar de Samira Marti «A pobreza não é um crime», que pretende introduzir melhorias à lei. A seguir, esta mesma questão foi de abordada de uma perspetiva científica. Eva Maria Belserin, professora da Universidade de Friburgo, mostrou como funcionam as diferentes «redes em matéria de segurança social» e como o apoio que as pessoas recebem depende do seu estatuto de estadia na Suíça. Descreveu o baixo nível das prestações para certos grupos de pessoas e a categorização desigual como «problemática do ponto de vista do direito constitucional».

A seguir, Dominik Hangartner, professor do Instituto Politécnico de Zurique conseguiu mostrar, com base no seu trabalho de investigação, que cada franco adicional de apoio às pessoas necessitadas aumenta a integração e o desempenho económico destas. O Prof. Dr. Jean-Pierre Tabin, da HES-SO (Escola Superior de Formação em Serviços Sociais) em Lausana, salientou que os migrantes contribuem

financeiramente para a segurança social e no entanto são direta e indiretamente discriminados no acesso à mesma. Segundo ele, é necessário um «acesso aos serviços municipais sem medo» e uma «política social de apoio» em caso de necessidade, sem que os serviços de migração sejam automaticamente informados.

### Interessante, mas...

As análises científicas e os exemplos práticos foram de alto nível. Apesar disso: na conferência deste ano também faltaram, como em anos anteriores, os migrantes como sujeitos ativos. E faltaram agentes económicos. Por exemplo, seria muito interessante ver como os empregadores encaram o problema dos trabalhadores pobres e que soluções propõem para que as pessoas possam viver dos seus salários, sem terem de recorrer à ajuda social. Também não foram concretamente discutidas exigências políticas para a erradicação da pobreza, nem como se poderá melhorar o acesso não discriminatório à ajuda social por parte de migrantes. O que resta é uma discussão teórica bem-intencionada sem reivindicações nem repercussões práticas.

## Entrevista



### Mãe e filha: a mesma luta por igualdade

**Helin Genis, nascida em Berna, luta lado a lado com a mãe, Hülya Genis, por igualdade entre os géneros. Ambas se empenham no grupo de mulheres do Unia. A filha diz que foi da mãe que recebeu o sentido por justiça social. Ambas mobilizam por uma grande greve de mulheres em 2023.**

#### Hülya, tu queres que a tua filha continue a luta por igualdade social. Porquê?

Há séculos que as mulheres vêm lutando contra a desigualdade, que muito as prejudica. Conseguiram, através de longas e incansáveis lutas, conquistar direitos importantes: direito de voto e de poderem ser eleitas, a licença de maternidade são, entre muitos outros, alguns desses direitos. Eu sinto-me na obrigação de lutar pelos meus direitos e pelos direitos das mulheres da próxima geração, como a minha filha. Para que nós, enquanto mulheres e migrantes, sejamos tratadas de forma igual e justa. Ninguém nos serve os nossos direitos numa bandeja. Por isso, é importante que a minha filha continue aquilo que gerações de mulheres antes de nós começaram e que nós continuámos.

#### Helin, tu dizes que herdaste o teu sentido de justiça social da tua mãe. O que é que isso significa para ti?

Justiça social significa que todos nós temos os mesmos direitos, independentemente da nossa religião, cor, língua, estatuto de residência, país de origem, orientação sexual, etc. Por exemplo, todos deveriam receber salário igual por trabalho de valor igual. Ninguém deve passar fome e muito menos morrer de fome, enquanto outros possuem demasiado. Tem de haver uma repartição justa e igual de rendimentos e riqueza.

#### E em relação aos direitos das mulheres, migração...

As preocupações ou os interesses específicos de mulheres, de migrantes, de pessoas trans\*, de todas as pessoas desfavorecidas não são realmente levados a sério. Ninguém lhes dá atenção. Isto nota-se no facto de as mulheres quase não fazerem carreira e ganharem muito menos. As mulheres têm de escolher entre família ou fazer carreira. Trabalham frequentemente em situações precárias e ganham pouco dinheiro, ao mesmo tempo têm de cuidar dos filhos e da família. O trabalho de assistência à família deveria ser pago. E em casa as tarefas deveriam ser repartidas de forma equitativa.

#### Tu dizes que a tua mãe te mostrou como uma pessoa deve lutar pelos seus direitos. Como?

A minha mãe é para mim um modelo. Ela é sempre justa! Ela trata as pessoas todas de forma igual. Talvez se possa pensar que se trata simplesmente de coisas pequenas do dia a dia. Mas para mim, a forma de ela lidar com os outros sempre significou muito, foi determinante para a formação da minha personalidade. A minha mãe mostrou-me que é importante assumirmos responsabilidade por pessoas que talvez não sejam tão fortes. Quando eu era criança, eu também notava as diferenças de tratamento. E lutava pelas crianças que não eram tratadas de forma igual e justa.

#### E vais continuar a lutar?

Tal como a minha mãe, quero continuar a lutar pelos direitos das mulheres, por igualdade, contra racismo e discriminação. Conseguimos até agora muitas conquistas através da luta das mulheres no passado e no presente. Temos de defender e exigir os nossos direitos. A igualdade entre géneros tem de avançar. Por isso, é importante participar na greve feminista no dia 14 de junho. Trata-se do nosso futuro. A união faz a força.

#### Hülya, tu também vais participar nas ações do 14 de junho?

Claro. Fazer greve é um direito fundamental e um meio importante para conseguirmos que as nossas reivindicações sejam ouvidas. A greve fortalece a solidariedade entre trabalhadores e tem uma função educativa. A greve faz uma acumulação histórica de lutas passadas, junta a luta dos movimentos femininos, a luta pelos direitos humanos, etc. e liga todos estes movimentos, criando algo de novo. Sexismo, violência sexual, dominância masculina, xenofobia, discriminação devido à origem étnica, à religião ou à orientação sexual estão a aumentar. Tudo isto são razões mais do que suficientes para que no dia 14 de junho as mulheres e muitos homens vão à rua manifestar-se pelos direitos de todas nós.

Emine Sariaslan



## Pergunte, que nós respondemos

### Pensão de viuvez e seguro de invalidez: recebo ambas as pensões?

Recebo uma pensão de viuvez e, por motivos de saúde, tive de me inscrever no seguro de invalidez. Admitindo que me é atribuída uma pensão por invalidez, recebo a pensão de viuvez e também a de invalidez?

**Myriam Muff:** Não. Nos termos da Lei Federal relativa ao Seguro de Velhice e Sobrevivência (AHVG-LAVS), o direito a uma pensão de viuvez apenas expira se a pessoa viúva voltar a casar ou se falecer. No entanto, se receber em simultâneo uma pensão de viuvez e uma de invalidez, só é paga a pensão mais elevada. É o que está definido na alínea b do 24.º art.º da lei AHV-AVS.

Assim, se lhe for atribuída uma pensão de invalidez, o montante da pensão é determinado e comparado com a pensão de viuvez. Se a pensão de invalidez for superior à pensão de viuvez, só receberá a de invalidez. Ou vice-versa, se a pensão de viuvez for mais elevada do que a de invalidez.

(Work, 14.4.23)

### Caixa de pensões: o que fazer se faltar o certificado da previdência?



Poupar para a velhice: os empregadores têm de informar os empregados sobre o seguro da previdência profissional. (Foto: Manuela Jans / neue LZ)

Trabalho há três anos a tempo inteiro como técnica administrativa e ainda não recebi qualquer certificado da previdência profissional. Pergunto-me, por isso, se estou mesmo segurada numa caixa de pensões e onde se encontram os fundos que descontei para o segundo pilar. O que posso fazer?

**Gilles Sciboz:** A entidade empregadora é responsável pela previdência profissional dos seus empregados. Cabe à entidade empregadora aderir obrigatoriamente a uma caixa de pensões e segurar os seus trabalhadores nesta. E é também da responsabilidade da entidade patronal fornecer-lhe as informações relativas à previdência profissional que lhes dizem respeito. Se não receber qualquer informação do seu empregador, pode contactar a caixa de compensação competente do AHV-AVS. Encontra o contacto no sítio web do Centro de Informação do AHV/IV-AVS/AI (rebrand.ly/ausgleichskasse). A Caixa de Compensação do AHV-AVS é responsável por verificar se o seu empregador aderiu a uma caixa de pensões. Depois, contacte a caixa de pensões indicada e solicite os certificados de previdência necessários com as informações sobre os fundos que acumulou.

(Work, 31.3.23)

### Desemprego: qual é o prazo de recurso em caso de sanções?

Estou desempregado e recebi a informação de que me será aplicada uma sanção. A caixa de desemprego fundamenta a decisão afirmando que não fiz esforços suficientes para encontrar um emprego. Não concordei com a decisão e quis interpor recurso. Infelizmente, já tinha expirado o prazo de 30 dias. Ainda posso fazer alguma coisa?

**Nicole Debrunner:** Não. Qualquer pessoa que discorde de uma decisão tem 30 dias para a contestar. Só nas épocas festivas de Natal, Páscoa e no verão é que estes prazos legais são suspensos. As datas exatas estão indicadas nas informações sobre os procedimentos de recurso anexadas à decisão da sanção. O prazo começa a contar no dia a seguir à data da recepção da decisão. Tratando-se de um prazo legal, o mesmo não pode ser prorrogado. Por conseguinte, o centro regional de emprego (RAV-ORP) ou a caixa de desemprego não pode tratar de recursos tardios. A decisão, que no seu entender está errada, é por isso agora legalmente vinculativa e exequível. Agora, só lhe resta apresentar um pedido para que a decisão seja reapreciada.

O centro regional de emprego (RAV-ORP) ou a caixa de desemprego pode revogar decisões juridicamente vinculativas ou recursos de decisões se estas forem claramente incorretas e a sua correção for de considerável importância. No entanto, cabe exclusivamente à caixa decidir se aceita ou não o pedido de reavaliação da decisão. Não existe qualquer obrigação legal de o fazer, nem qualquer possibilidade de recurso contra a decisão da caixa ou do centro de emprego de não dar seguimento ao pedido de reapreciação. Só se a autoridade administrativa que tomou a decisão voltar a analisar o pedido de reapreciação é que pode recorrer a um tribunal de uma decisão negativa. Por conseguinte, é muito importante, após a recepção de notificações oficiais, verificar imediatamente os prazos para interpor recurso caso não esteja de acordo com a decisão tomada.

(Work, 17.3.23)

# Programa Regressar: para quem deseja voltar para Portugal É hora de voltar a casa – há apoio para o seu regresso

É esta a razão de ser do Programa Regressar: apoiar os emigrantes, bem como os seus descendentes e outros familiares, de forma que tenham melhores condições para voltar a Portugal e possam aproveitar as oportunidades que hoje existem no nosso País.

José Albano, diretor executivo PCRE – Programa Regressar

O Programa Regressar envolve todas as áreas governativas e inclui medidas concretas. Entre estas, destacam-se um regime fiscal mais favorável para quem regressa e um apoio financeiro para os emigrantes ou familiares de emigrantes que venham trabalhar para Portugal continental.

### Estrutura e legislação

Para garantir a execução do Programa Regressar em articulação com as áreas governativas responsáveis pela sua implementação, foi criada a estrutura de Projeto Ponto de Contacto para o Regresso do Emigrante. Este tem como tarefas promover a divulgação junto da diáspora portuguesa, agilizar a tramitação dos processos de regresso e esclarecer todas as dúvidas.

Criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 60/2019, de 28 de março, o Programa Regressar constitui-se como um programa estratégico de apoio ao regresso a Portugal de trabalhadores portugueses que tenham emigrado, bem como dos respetivos familiares. O apoio é feito através de um conjunto de medidas de apoio que estimulem e facilitem o seu regresso. Em dezembro de 2020, o Governo prorrogou o Programa até 2023, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 124/2020, de 31 de dezembro.

### Apoio ao regresso

O Programa Regressar surgiu num período de recuperação sustentada da economia e do mercado de trabalho em Portugal, contribuindo, através do estímulo ao regresso dos emigrantes e seus familiares, para a resposta às necessidades de mão de obra que se faziam sentir em alguns sectores da economia portuguesa. O programa contribui também para a sustentabilidade da segurança social, para melhorar o investimento e ajuda a combater o envelhecimento demográfico.

### Áreas de intervenção do Programa Regressar

1. Divulgação de ofertas de emprego;
2. Educação, formação profissional e ensino superior;
3. Reconhecimento de habilitações académicas e qualificações profissionais;
4. Mobilidade Geográfica e Apoios ao Emprego;
5. Fiscalidade.



### Fiscalidade: regime fiscal para ex-residentes

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º-A do CIRS (Código do Imposto de Rendimentos Pessoais Singulares), são excluídos de tributação 50% dos rendimentos do trabalho dependente e dos rendimentos empresariais e profissionais dos sujeitos passivos que, tornando-se fiscalmente residentes nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º em 2019, 2020, 2021, 2022 ou 2023:

- não tenham sido considerados residentes em território português em qualquer dos três anos anteriores;
- tenham sido residentes em território português antes de 31 de dezembro de 2015, no caso dos sujeitos passivos que se tornem fiscalmente residentes em 2019

- ou 2020, e antes de 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 no caso dos sujeitos passivos que se tornem fiscalmente residentes em 2021, 2022 ou 2023, respetivamente;
- tenham a sua situação tributária regularizada;
- não tenham solicitado a inscrição como residente não habitual.

Este benefício tem a duração de 5 anos, de caráter automático, sendo aplicável aos rendimentos auferidos a partir do ano em que o sujeito passivo se torne, de novo, residente em Portugal e preencha todos os outros requisitos, bem como nos 4 anos seguintes.

### Mobilidade Geográfica e Apoios ao Emprego

A Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal (MAREP) visa estimular o regresso e fixação de emigrantes em Portugal através de um apoio financeiro aos que iniciem atividade laboral em território continental, mediante a celebração de um contrato de trabalho ou a criação de uma empresa ou do próprio emprego.

Podem ainda beneficiar de apoios complementares para a participação de despesas inerentes ao seu regresso e do seu agregado familiar e majorações por cada membro do agregado familiar que fixe residência em Portugal continental ou sempre que o posto de trabalho se situe em território do Interior.

### Condições e candidatura

As candidaturas podem ser efetuadas no portal do iefonline até 1 de março de 2024: <https://iefonline.iefp.pt/IEFP/veRegressoPortugal.jsp>. São destinatários dos apoios, no âmbito da mobilidade geográfica e de apoios ao emprego, os emigrantes que reúnam cumulativamente, as seguintes condições:

- Tenham saído de Portugal até 31 de dezembro de 2015;
- Sejam cidadãos nacionais e tenham residido pelo menos 12 meses, com carácter permanente, em País estrangeiro;
- Tenham exercido no País estrangeiro uma atividade profissional remunerada por conta própria ou por conta de outrem;
- Iniciem em Portugal continental atividade laboral, através da celebração de contrato de trabalho por conta de outrem ou mediante a criação de empresa ou do próprio emprego, com início entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2023;
- Tenham a situação contributiva (Segurança Social) e tributária (Finanças) regularizada;
- Não se encontrem em situação de incumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP.

Apoio e Participações		Montante máximo	Valor máximo elegível
Apoio financeiro	contrato de trabalho por tempo indeterminado ou a termo resolutivo certo ou incerto com duração inicial ou previsível igual ou superior a 12 meses	6 x IAS	€ 2.659,20
	contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto com duração inicial ou previsível igual ou superior a 6 meses e inferior a 12 meses	5 x IAS	€ 2.216,00
	Criação do próprio emprego ou empresa	6 x IAS	€ 2.659,20
Custos das viagens		3 x IAS	€ 1.329,60
Custos de transporte de bens		3 x IAS	€ 1.329,60
Custos com o reconhecimento de qualificações		IAS	€ 443,20
Apoio adicional, ao apoio 5xIAS, quando a duração efetiva do contrato alcance 12 meses		IAS	€ 443,20
Majoração do apoio por cada membro do agregado familiar que fixe residência em Portugal		20% do apoio (até 3 x IAS)	€ 1.329,60
Majoração do apoio por local da atividade profissional em território do interior		25% do apoio	€ 664,80 ou € 554,00
*Valor do IAS em 2022: € 443,20			

### Suíça a liderar o TOP 10

Segundo dados estatísticos de 17.04.2023, houve até ao momento um total de 7666 candidaturas submetidas à Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal. A Suíça é o país de onde originou o maior número de candidaturas.

